SINDICAL

Boletim 11/2014

site: www.sindical.org.br - email: sindical@sindical.org.br

Ano XXI – 15/04/2014

Informativo do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do DF

Mobilização pelo PCCR

Nesta terça (15 de abril) às 15h, na Galeria do Plenário

Extinção de cargos é derrota para todos

A perspectiva de extinção dos cargos de Auxiliar Legislativo e Assistente Legislativo é real. Se a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) optar por rejeitar o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR), aprovado em assembleia pelos servidores, não haverá mais concurso para esses cargos.

Estamos falando de mais de 500 servidores que em poucos anos estarão aposentados, sem representação na CLDF. Essa experiência já foi vivida por outras categorias nos últimos anos, com queda significativa no padrão de vida dessas pessoas.

Os respectivos órgãos ou mesmo empresas públicas não se sentem responsáveis pela situação e os gestores públicos tratam esta situação com naturalidade, como consequência do processo da modernização do Estado.

Nesse caso, o Estado funciona como um moedor de carne: se aproveita do que os servidores têm de melhor, para depois virar as costas para eles.

Fotos: Ana Paula Alves

Servidores pressionam deputados pela aprovação do PCCR.

Na CLDF temos a oportunidade de reverter essa situação. A proposta do Sindical é tão importante que, uma vez acolhida pela Câmara Legislativa, possibilitará a contratação de mais servidores por meio de concurso público, o que fortalece a nossa categoria.

Por outro lado, se formos derrotados pelos setores mais reacionários da Casa, serão menos servidores na luta. Nossa categoria e nossas lutas saem enfraquecidas.

A convocação do sindicato para participação nas mobilizações é, portanto, uma questão de sobrevivência de toda a categoria. O ato acontece esta terça-feira (15/4), às 15h, na galeria do plenário da CLDF.

Não é só pelo Gim, não é só pelo Lamoglia

No início de fevereiro, o Sindical lançou – junto com 16 outras entidade e setores da sociedade civil – a campanha "Ficha suja não pode julgar contas públicas. Fora Lamoglia! Escolha popular dos Conselheiros dos Tribunais de Contas".

A iniciativa fez parte de uma campanha nacional pela mudança da forma de escolha dos conselheiros dos tribunais de contas e dos ministros do Tribunal de Contas da União (TCU).

Na última semana, o nosso sindicato se uniu a várias daquelas organizações para enfrentar a indicação do senador Gim Argello (PTB-DF) para a vaga do ministro Valmir Campelo, cuja aposentadoria foi publicada este mês.

O ponto de partida desta mobilização foi o ato realizado na segunda-feira passada (07/04), na rampa do tribunal. Mais uma vez, nossa entidade teve importante papel naquela luta.

Na ocasião, a maior parte da mídia abordava a polêmica indicação de Argello pelo viés da "Ficha Limpa", uma vez que o parlamentar responde a seis inquéritos no Supremo Tribunal Federal.

Foi quando a direção do Sindical apontou para a principal questão: o senador possui duas condenações na Justiça do Distrito Federal, em primeira e segunda instâncias, o que se choca com o dispositivo constitucional que exige "idoneidade moral" e "reputação ilibada" para os candidatos a ministros do TCU.

O caso foi revelado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, que noticiou as condenações do petebista na quarta-feira (09/04). A informação foi decisiva para evitar a ida Argello para o TCU.

No dia anterior, diante da manifestação de auditores e procuradores, os senadores já haviam rejeitado manobra governista para que Argello fosse indicado para o tribunal diretamente por votação em plenário. A derrota obrigaria o petebista a ser antes sabatinado pela Comissão de Assuntos Econômicos da Casa.

Foto: Freddy Freitas

Servidores do Tribunal de Contas da União e sociedade se mobilizam contra a indicação do senador Gim Argello ao TCU.

Porém, a divulgação na mídia das condenações do parlamentar elevou a pressão contra a indicação do parlamentar. A informação chegou aos senadores e aos ministros do TCU. Em nota, na tarde de quarta-feira, o presidente do TCU, Augusto Nardes, reforçou que o plenário da Corte iria analisar os requisitos constitucionais de investidura para o posto.

No mesmo dia, Gim publicou nota desistindo da candidatura. Praticamente ninguém que esteve na rampa do tribunal, na segunda-feira, imaginava uma vitória tão rápida.

Mas, já na quinta-feira (10/04), o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB- AL) anunciou o nome de outro candidato para o cargo, também com a benção dos caciques do Congresso.

Isso leva à reflexão de que, àquela luta, "Não era só pelo Gim".

A questão que une Lamoglia e Argello é o processo de escolha dos conselheiros e ministros dos Tribunais de Contas, que é feito para resolver problemas políticos de grupos ligados ao governo.

Não há preocupação com currículo, com reputação ou com a imparcialidade de quem faz a fiscalização. Aliás, procura-se escolher aqueles que são mais fiéis ao grupo dominante.

No caso em particular, Valmir Campelo fiscalizava obras dos estádios da Copa do Mundo. São contratos de bilhões de reais, que diversas fontes apontam como sendo superfaturados.

O que está em jogo, no final das contas, é a busca pelo carimbo oficial de aprovação no uso de uma enorme quantia do dinheiro público.

Por isso, "Não é só pelo Gim". É por outro modelo de tribunais de contas.

poder

50 anos do golpe de 64 | poder e política | mensalão

Cotado para o TCU foi condenado em duas instâncias do Judiciário

FILIPE COUTINHO
GABRIELA GUERREIRO
DE BRASÍLIA

09/04/2014 © 09h40

recomendar 85 | Tweetar 18 | g+1 5 | OUVIR O TEXTO | Mais opções

O senador Gim Argello (PTB-DF), apoiado pela presidente Dilma Rousseff para ser ministro do Tribunal de Contas da União, foi condenado em primeira e segunda instâncias pela Justiça do Distrito Federal, o que contrasta com a exigência de "reputação ilibada" para o cargo.

Argello foi condenado em 2009 pela Quinta Vara da Fazenda Pública do DF por irregularidades na época que presidia a Câmara Legislativa local. O órgão criou em 2002 quatro cargos comissionados "em moldes artificiais" para, segundo a Justiça, aumentar o salário dos servidores. Os valores foram pagos por quase três anos. O total a ser devolvido ainda será calculado.

GERDAU

IDEIAS QUE TRANSFORMAM A VIDA DAS PESSOAS MERECEM SER TREMADAS.

leia também

Por um voto, Senado rejeita manobra para agilizar indicação de Gim Argello ao TCU
- Cotado para o TCU, Gim já fez lobby para reduzir multa aplicada pelo órgão
- TCU ordena melhorias no sistema de gastos publicitários de Dilma Rousseff

envie sua notícia

Fotos | Vídeos | Relatos

siga a folha

Jornal Folha de S.Paulo fala das condenações de Gim Argello.